

## Marx e o problema da revolução operária na França de 1848

CARLOS PRADO\*

### Resumo

Na França, o processo revolucionário de 1848 proporcionou a queda da Monarquia de Julho e a ascensão da II República, que não perdurou e foi sepultada pelo golpe de Estado de Luís Bonaparte em dezembro de 1851. Marx encontra a origem do bonapartismo na incapacidade política demonstrada pela burguesia e pelo proletariado para governarem o Estado de acordo com seus interesses de classe. O objetivo do presente texto é discutir a crítica que Marx lança sobre a atuação política do proletariado francês durante as jornadas de fevereiro e junho de 1848.

**Palavras-chave:** Revolução; Classe Operária; Socialismo Utópico.

### Abstract

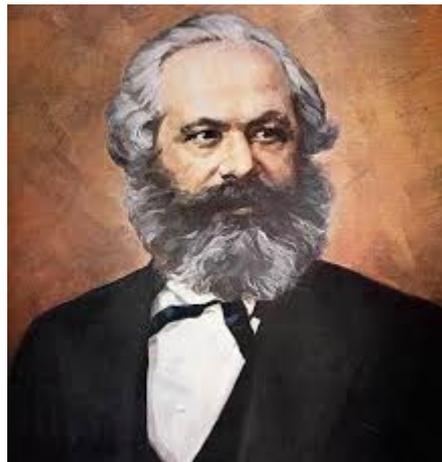
In France, the revolutionary process of 1848 brought the fall of the July's Monarchy and the rise of the Second Republic, which did not last and was buried by the *coup d'Etat* of Louis Bonaparte's in December 1851. Marx finds the origin of Bonapartism in disability policy demonstrated by the bourgeoisie and the proletariat to govern the state according to their class interests. The aim of this paper is to discuss the criticism that Marx throws on the political activity of the French proletariat during the days of February and June 1848.

**Key words:** Revolution; Working Class; Utopian Socialism.



\* CARLOS PRADO é professor do departamento de História da UFMS.

No início de 1848, a sociedade francesa enfrentou uma grave crise política. A burguesia e o proletariado marcharam pelas ruas de Paris e juntas derrubaram o governo de Louis Philippe, instaurando um governo provisório. A Monarquia de Julho caiu



Karl Marx (1818-1883)

diante das jornadas de fevereiro e abriu caminho para a construção da II República francesa. Assim, como em 1789, no período da Grande Revolução, a França ocupava um lugar de destaque no cenário político europeu. No prefácio para a terceira edição Alemã de *O Dezoito Brumário*, Engels afirma: “A França é o país em que, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas ao seu termo decisivo”. (apud MARX, 2000, p. 12).

Marx, atento e participante de todo esse processo acompanhou de perto o desenrolar dos conflitos e da luta de classes em todos os países onde a revolução se anunciava pelas mãos da classe operária, em especial a França. Suas considerações sobre o processo revolucionário francês de 1848 estão registradas em duas obras fundamentais: *As lutas de classes na França*<sup>1</sup> e *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Entre 1848-1850, Marx escreveu quatro artigos sobre o desenrolar da luta política na França que foram publicados na revista de *Neue Rheinische Zeitung*. Anos mais tarde, em 1895 esses artigos foram publicados em um livro com o título de *As lutas de classes na França (1848-1850)*.

<sup>2</sup> *O 18 Brumário* foi escrito em 1852, a partir de vários artigos que haviam sido encomendados por Joseph Weydemeyer, para a apresentação de um seminário político em Nova York. Todavia, o seminário nunca se realizou, mas, surgiu então, na primavera daquele mesmo ano uma

Ambos os textos escritos no calor dos acontecimentos, mas com uma profunda crítica política pautada na análise da luta de classes.

As revoluções de 1848 proporcionaram a queda da Monarquia de Julho e a ascensão da II República francesa, mas esta teve uma vida breve e foi sepultada pelo golpe de Estado de Luís

Bonaparte em dezembro de 1851. Depois de quase quatro anos de lutas, debates e conflitos políticos, a república sucumbiu diante das baionetas do sobrinho de Napoleão. Em uma importante passagem de *A guerra civil na França*, Marx (2011, p. 56) observa que o Estado bonapartista “era a única forma de governo possível em um momento em que a burguesia já havia perdido e a classe operária ainda não havia adquirido a capacidade para governar a nação”.

Marx encontra a origem do bonapartismo na incapacidade demonstrada pela burguesia e pelo proletariado para governarem e organizarem o Estado de acordo com seus interesses de classe. Em *As lutas de classes na França*, Marx observa logo na abertura do texto que “todos os parágrafos mais importantes dos anais da revolução de 1848 a 1849 levam a epígrafe: *Derrota da Revolução!*” (1986, p. 49). Essa passagem, assim como todo o texto deixa evidente o sentido contrarrevolucionário da política burguesa que se consagrou vitoriosa. Marx ainda acrescentou um comentário

publicação mensal, *Die Revolution*, cujo primeiro número consistia na publicação integral dos artigos de Marx sobre o *Coup d'Etat* do sobrinho de Napoleão Bonaparte.

oportuno sobre a tragédia proletária ao afirmar: “Mas o que sucumbia nessas derrotas não era a revolução, eram os tradicionais apêndices pré-revolucionários” (1986, p.49). Aqui, já aparece uma importante crítica à atuação política operária que guiada por uma direção e um programa não revolucionários acabaram sendo derrotados.

Em *O 18 Brumário*, Marx também faz uma importante crítica a essa ação equivocada do movimento operário na condução da luta política. Ele observa que o proletariado: “Lança-se em parte para experiências doutrinárias, bancos de troca e associações operárias, isto é, para um movimento no qual renuncia a revolucionar o velho mundo (...)” (2000, p. 26). Fica mais uma vez demonstrada a crítica de Marx à direção operária que não possuía um programa autônomo e independente.

O objetivo do presente texto é discutir a crítica que Marx lança sobre a atuação política do proletariado durante as jornadas de fevereiro e junho de 1848. Buscaremos enfatizar as suas considerações sobre as posições políticas da classe operária, em especial, sua crítica acerca da Comissão de Luxemburgo. A hipótese que defenderemos é que a classe operária ainda estava imatura politicamente e, guiada por reivindicações abstratas e ilusórias, concepções vinculadas ao socialismo utópico, não foi capaz de traduzir a realidade material, recusando-se a romper com a ordem burguesa e com a lógica da produção capitalista.

### **A queda da monarquia de Julho**

Após a queda do Império Napoleônico, em 1815, a França caiu novamente nas mãos da monarquia dos *Bourbon*. Primeiro veio o reinado de Louis XVIII (1815-24) e posteriormente Carlos X

(1824-30). A monarquia restaurada rezou a cartilha conforme havia determinado o Congresso de Viena, que estabelecia algumas sanções militares e econômicas para a França. Foram justamente essas sanções e limitações ao crescimento e expansionismo econômico que impulsionaram a burguesia a lutar em 1830 ao lado de Louis Philippe, o “rei-burguês”. Conhecido como Monarquia de Julho, o reinado de Louis Philippe trouxe grande desenvolvimento para a burguesia, mas apenas para uma parcela da burguesia, aquela conhecida como aristocracia financeira.

A partir de 1830, a aristocracia financeira passou a controlar o Estado, compunha as assembleias, regia as leis, dispunha dos principais cargos e de todos os benefícios que estas relações poderiam render aos seus cofres privados. Enormes quantias que eram arrecadadas pelo Estado se transformavam em grandes oportunidades para negócios fraudulentos, contratos falsos, desvios de toda espécie. Tratava-se de uma sociedade corrompida, na qual o suborno e a corrupção eram as palavras de ordem do grande escalão. Segundo Marx (1986, p. 53): “A monarquia de julho não passava de uma grande sociedade por ações para a exploração da riqueza nacional da França”.

Ao controlar os principais cargos do governo, a aristocracia financeira especuladora assegurava um enorme enriquecimento à custa do Estado. Essa classe parasitária não produzia nada, não criava valor, não criava mercadorias, apenas se apossava da riqueza alheia por meio de seus negócios escusos. Com o orçamento do Estado francês em suas mãos, essa parcela da burguesia enriquecia rapidamente. Mas se por um lado, essa classe privilegiada lucrava, por outro lado, a burguesia industrial e

as classes não possuidoras arcavam com a manutenção do Estado.

Não tardou para que as classes não dominantes se rebelassem contra esse saque constante aos cofres da nação. “A burguesia industrial via seus interesses em perigo; a pequena burguesia estava moralmente indignada; a imaginação popular se sublevava” (MARX, 1986, p. 54). A indústria francesa não recebia investimentos ou créditos, dessa forma, assistiu seu crescimento estagnar. Por sua vez, a pequena burguesia e o proletariado passavam por uma situação econômica de grande instabilidade. A aristocracia já era questionada e acusada de corrupção por todas as demais classes.

A insatisfação era geral quando a chamada Praga das Batatas e as más colheitas de 1845-47 aprofundaram a crise e abriram caminho para a revolução de fevereiro. Marx (1986, p. 56) aponta que: “As devastações do comércio e da indústria pela epidemia econômica tornam ainda mais insuportável o domínio exclusivo da aristocracia financeira”. A crise econômica que provocou falências, demissões e fome, apenas acelerou o processo de questionamento e revolta contra o domínio da aristocracia financeira. Essa crise empurrou a burguesia industrial e a classe operária às ruas. Sem condições de resistir, Louis Philippe foi deposto e um governo provisório foi formado, dando início à construção da II República Francesa.

### A Comissão de Luxemburgo e as Oficinas Nacionais

Durante os levantes de fevereiro, a burguesia industrial, a pequena burguesia e a classe operária lutaram juntas pela queda do regime corrupto da aristocracia.<sup>3</sup> Essas diferentes classes apesar de estarem em posição opostas na estrutura econômica da sociedade, se uniram por um objetivo em comum: derrubar a Monarquia de Julho e construir uma nova república na França. Mas, uma vez alcançado esse primeiro objetivo central, vieram os passos seguintes e os antagonismos sociais entre os setores burgueses e operários foram postos em evidência. Se a revolução de fevereiro apareceu como uma revolução fraternal, de comunhão entre as classes oprimidas, não tardou para que essa ilusão de harmonia social caísse por terra.

Após a queda de Louis Philippe, a primeira ação política do grupo vitorioso foi a formação de um novo governo. O rei foi destituído de seu cargo assim como a maioria dos membros que ocupavam o primeiro escalão do seu regime. Era natural que o governo que se formava contasse com membros de todas as classes que lutaram pela vitória. Todavia, Marx (1986, p. 57) salienta que antes mesmo da república ser proclamada, “todos os ministérios já estavam distribuídos entre os elementos burgueses do governo provisório e entre os generais, banqueiros e advogados do *Le National*”. Enquanto os setores da

<sup>3</sup> “A população operária dos bairros do leste de Paris tinha, é certo, grande participação política. Combatera em 1830, 1832, 1834 e 1839, para citar apenas nas sublevações mais importantes. Era óbvio seu distanciamento da monarquia. Os operários parisienses conheciam e liam as publicações republicanas, que já começavam, no entanto, a sofrer a concorrência da imprensa socialista e comunista” (AGULHON, 1991, p. 30).

burguesia ocupavam os postos mais altos e mais importantes, o proletariado, por sua vez, teve que se contentar com a participação de apenas dois membros: Louis Blanc e Albert.

Se em 1830, a burguesia financeira se uniu a Louis Philippe e impediu à instauração de uma república, em 1848, a república teve de ser proclamada, pois estas eram as palavras de ordem que vinha das ruas e foi em nome dela que a luta havia se constituído. O que a república fez foi lançar para a órbita do poder político todas as classes que estavam excluídas desse jogo. Nesse processo, setores da burguesia e do proletariado que durante o governo de Louis Philippe eram apenas observadores, condenados a nulidade política, passaram a serem classes atuantes, agentes ativos do processo histórico.

Pressionado pela classe operária, o governo provisório editou um decreto que assegurava a existência dos operários por meio do trabalho. O decreto tinha o objetivo de garantir emprego a todos os cidadãos parisienses. Todavia, a situação da classe operária continuou a mesma. A existência de trabalho não passou de uma promessa que logo foi esquecida pelos dirigentes burgueses. Foi nesse momento que a classe operária voltou às ruas e realizou uma marcha com 20 mil cidadãos exigindo uma nova organização para o trabalho e a formação de um Ministério especial para o trabalho. O governo provisório não concedeu uma pasta ministerial aos representantes do proletariado, ao invés disso, criou apenas uma comissão separada do poder executivo, intitulada Comissão Especial para o Trabalho.

Essa comissão era presidida pelos dois representantes operários que compunham o governo provisório.

Assim, Louis Blanc e Albert tinham o objetivo de encontrar a melhor maneira de organizar o trabalho e melhorar a situação da classe operária. As sessões da comissão deveriam se realizar no Palácio de Luxemburgo, separada do governo central, que havia se instalado no *Hotel de Ville*. Os representantes da classe operária foram afastados da sede do governo e teriam cada vez menos influência nas decisões mais importantes.

Marx faz importantes críticas à Comissão de Luxemburgo, pois, enquanto o governo provisório, composto por uma maioria burguesa, detinha as rédeas do Estado e controlava toda sua administração, através dos Ministérios da Fazenda, do Comércio, das Obras Públicas, “os socialistas tinham a missão de descobrir a terra prometida, de pregar o novo evangelho e dar trabalho ao proletariado de Paris” (MARX, 1986, p. 59). O governo provisório criou um órgão especial para cuidar dos interesses da classe operária, mas deixou o mesmo totalmente esvaziado de poder real. A Comissão de Luxemburgo não tinham nenhum orçamento e tampouco qualquer poder executivo. Com seu sarcasmo característico, Marx afirma que “Enquanto no Luxemburgo se procurava a pedra filosofal, no *Hotel de Ville* se cunhava a moeda de curso legal” (1986, p. 59).

Cabe aqui uma longa citação, na qual Marx ele aponta as formas ilusórias pelas quais, Louis Blanc e sua comissão almejavam satisfazer os interesses da classe operária:

*Organização do trabalho!* Mas o trabalho assalariado já é a organização existente, a organização burguesa do trabalho. Sem ele não há capital, nem há burguesia, nem sociedade burguesa. *Um ministério*

*especial para o Trabalho!* E os ministérios da Fazenda, Comércio, Obras Públicas, não são ministérios *burgueses* do trabalho? Junto a esses, um ministério *proletário* do trabalho tinha de ser, necessariamente, o ministério da impotência, o ministério dos piedosos desejos, uma Comissão de Luxemburgo. (1986, p. 59).

Enquanto a classe operária e seus líderes gritavam a palavra de ordem de Organização do Trabalho, o trabalho já estava organizado. Não se trata da instalação de empregos temporários, essa é apenas uma forma ilusória e enganosa. A estrutura do trabalho já estava definida. Sua organização é o trabalho assalariado e livre. Trata-se da forma burguesa de produção que mantém uma classe separada dos meios de produção, livre das condições necessárias para o trabalho. Assim, a única alternativa a classe operária dentro dessa estrutura é vender sua força trabalho em troca de um salário. Essa é a organização burguesa do trabalho que já havia sido instituída e que não era questionada, não era colocada em pauta, pelo contrário, era dada como natural e imutável, aparecendo como uma forma intocável.

Para os trabalhadores parisienses desempregados e ameaçados pela fome, o governo provisório, por meio do seu Ministério das Obras Públicas instaurou as Oficinas Nacionais que, segundo Marx, não se diferenciavam muito das *Workhouses*<sup>4</sup> inglesas. Essas oficinas não representavam nenhuma novidade e

foi uma solução imediata e temporária. Segundo Agulhon (1991, p. 49): “as “oficinas de caridade”, já tentadas por todos os regimes anteriores, consistiam em obras públicas de importância secundária, como o reparo e limpeza de ruas e estradas, nivelamento e cultivo de terrenos baldios”. E acrescenta “Assim, o Estado poderia criar trabalho e oferecer pequenas remunerações, até a crise passar e serem restabelecidos os empregos no setor privado”. Com a crise econômica de 1847, muitas empresas foram fechadas, muitos operários perderam seus empregos e essas soluções eram uma maneira de ocupar e remunerar os operários, afastando-os das ruas e da revolução.

Essas oficinas convocaram cerca de 100 mil operários desempregados pela crise e pela revolução. O trabalho organizado por essas instituições consistia em monótonas, cansativas e improdutivas atividades de terraplanagem. Por esse trabalho os operários recebiam um salário insignificante que mal cobria as despesas necessárias para mantê-los vivos.

Mesmo sem tocar na propriedade privada, ou seja, mesmo sem alterar a estrutura burguesa da sociedade, essas oficinas representavam a insatisfação da classe operária com a ordem capitalista. Marx (1986, p. 68) afirma que: “Não pelo seu conteúdo, mas pelo seu título, as Oficinas Nacionais encarnavam o protesto do proletariado contra a indústria burguesa, contra o crédito burguês e contra a República burguesa”. As oficinas não alteravam a lógica da produção capitalista, não tocavam em sua estrutura, mas para a consciência imediata da classe operária, representavam uma alternativa ao domínio burguês.

Por sua vez, a classe burguesa também percebia nas Oficinas Nacionais uma

<sup>4</sup> “Segundo a “lei dos pobres” inglesa só era admitida uma forma de ajudas aos pobres: o seu alojamento em casas de trabalho (*work-houses*), com um regime prisional; os operários realizavam aí trabalhos improdutivos, monótonos e extenuantes; essas casas de trabalho foram designadas pelo povo de “bastilhas para os pobres”. (MARX, 1986, p. 166).

vitória da classe operária que não poderia se tolerada. Assim, a burguesia e a pequena-burguesia se voltaram contra as oficinas e logo partiram para o ataque. “Uma pensão do Estado por um trabalho aparente: eis o socialismo! – resmungavam entre si” (MARX, 1986, p. 68). As classes intermediárias da sociedade que enfrentavam uma grave crise econômica viam nessas “supostas maquinações comunistas” a culpa de sua bancarrota. O fim dessas oficinas seria a salvação do pequeno-burguês.

### A derrota de junho e o fim das ilusões

Quando a Assembleia Nacional se reuniu no início de maio, todas as classes que a compunham se voltaram contra o proletariado de Paris. As frações da burguesia francesa esqueceram as suas diferenças e se uniram para combater a classe operária. Marx (1986, p.71) aponta que “A Assembleia rompeu imediatamente com as ilusões sociais da revolução de fevereiro e proclamou de modo terminante a *república burguesa*”. As medidas proclamadas pela Assembleia foram claras. Em primeiro lugar, eliminou a Comissão de Luxemburgo que contava com os representantes do proletariado. Em seguida, rejeitou a proposta pela criação de um Ministério Especial para o Trabalho. “A República instaurada mostrava-se crescentemente hostil ao socialismo; mais tarde se tornaria abertamente conservadora e até reacionária” (AGULHON, 1991, p. 65).

Mas o que a burguesia realmente almeja era o fim das Oficinas Nacionais. Finalmente, em 21 de junho, foi publicado o decreto que ordenava que todos os operários solteiros fossem expulsos à força das Oficinas ou alistados no exército. Diante desse ataque decisivo da classe burguesa organizada na Assembleia Nacional, a única alternativa à classe operária

francesa foi pegar novamente em armas e ocupar as ruas de Paris. Foi nesse momento que tiveram início as jornadas de junho e a luta decisiva entre a burguesia e o proletariado foi travada.

Os proletários haviam conquistado a revolução de fevereiro e se a burguesia pretendia minar totalmente a influência e as pretensões da classe operária na II República, teria que vencê-la com as armas na mão. O proletariado partiu para o ataque. Primeiro em 15 de maio quando invadiu a sede da Assembleia Nacional, tentando intimidar os parlamentares burgueses e dissolver a Assembleia para constituir um novo governo. Foram contidos pela Guarda Nacional e o resultado prático foi o encarceramento de todos os líderes da classe operária, entre eles; Blanqui, Albert, Barbés, entre outros.

Já sem seus líderes, sem uma organização concisa, sem um plano previamente traçado a classe operária retornou às ruas em 22 de junho com uma formidável insurreição.<sup>5</sup> Marx (1986, p. 72) aponta que essa jornada revolução foi uma “formidável insurreição em que se travou a primeira grande batalha entre as duas classes em que se divide a sociedade moderna”. Durante as jornadas de junho caiu a máscara da revolução fraternal de fevereiro e revelou-se a violência da luta de classes. A burguesia mobilizou o exército, a Guarda Móvel e a Guarda Nacional para conter as manifestações que em péssimas condições de luta

<sup>5</sup> “A revolta operária então iniciada, que entraria para a história com o nome de Jornadas de Junho, teve como traço mais evidente a espontaneidade. A palavra de ordem lançada por Pujol era abstrata e romântica, mas motivação social era bem concreta: os operários, que devido à crise estavam desempregados e viviam de abono público, entraram em desespero quando o abono foi suspenso” (AGULHON, 1991, p. 74).

resistiram bravamente, mas foram derrotadas.<sup>6</sup>

A primeira fase da revolução que compreende o período de fevereiro a maio representou o momento em que as classes que lutaram juntas pela queda da Monarquia de Julho viveram em suposta harmonia. A revolução de fevereiro se caracterizou por uma “idílica abstração dos antagonismos de classe, uma conciliação sentimental dos interesses de classe contraditórios, esse imaginário eleva-se acima da luta de classes” (MARX, 1986, p. 61). Assim, nesse primeiro momento o proletariado imaginou que poderia lutar ao lado da burguesia e que a construção da república colocaria fim as contradições sociais existentes na França. Burguesia e proletariado haviam conquistado a revolução de fevereiro e, na embriaguez do momento, a classe operária acreditava que os antagonismos haviam desaparecido com instalação da república. Diante desse clima de conciliação, Marx (1986, p. 61) afirma que “A frase que correspondia a essa imaginária abolição das relações de classe era a *fraternité*, a confraternização e a fraternidade universais”.

A Monarquia de Julho assistiu ao domínio exclusivo da aristocracia financeira, uma parcela da burguesia que se dedicava as atividades comerciais e bancárias. Na sua ingenuidade, a classe operária e seus líderes imaginavam que com a queda de Louis Philippe, toda a burguesia havia deixado o poder e que a república era o terreno da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Marx aponta que para a consciência mais imediata a

proclamação da república significava a abolição das classes, o fim dos antagonismos sociais e dos interesses antagônicos postos pelas condições materiais de vida.

“(…) no pensamento dos proletários, que confundiam a aristocracia financeira com a burguesia em geral, na imaginação dos probos republicanos, que negavam a própria existência das classes ou a reconheciam, no máximo, como consequência da monarquia constitucional, (...) a *dominação da burguesia* fora abolida com a implantação da República” (MARX, 1986, p. 61).

O proletariado de Paris acreditou que a república burguesa significava sua emancipação social. Ainda imaturo politicamente não reconhecia os limites que a dominação burguesa impunha. “O proletariado de Paris se deixou levar com agrado por esse enebriamento generoso de fraternidade” (MARX, 1986, p. 62). Mas com a constituição do governo provisório, com a persistente exclusão dos líderes operários das comissões dirigentes, com os boicotes as reivindicações operárias, o clima de fraternidade foi se transformando em desconfiança e revolta até eclodir na violência da luta de classe com as jornadas de junho. Após o massacre da insurreição operária, a verdadeira face da república burguesa foi exposta. “Por isso, o berço verdadeiro da república burguesa não é a *vitória de fevereiro*, mas a *derrota de junho*” (MARX, 1986, p. 71).

Depois do fracasso da Comissão de Luxemburgo e da derrota nas jornadas de junho, a classe operária só aparecerá na luta política como um apêndice da social democracia. Marx comenta: “Ao deixar-se guiar pelos democratas diante de tal acontecimento e ao trocar o interesse revolucionário de sua classe

<sup>6</sup> “Todas as pessoas que haviam sido socialistas foram acusadas de participação nas conspirações e revoltas (...) A República fizera em abril suas primeiras vítimas, em maio seus primeiros prisioneiros, em junho seus primeiros exilados” (AGULHON, 1991, p. 80).

por um bem-estar momentâneo, os operários renunciaram à honra de se tornarem uma potência conquistadora” (2000, p.78-79). A classe operária, que não possuía um programa autônomo e independente, se arrastou atrás da *Montagne*, abandonando a luta por transformações verdadeiras. Essa ausência de um programa próprio, manifestada numa profunda crise de organização política, foi um dos fatores decisivos para a ascensão do bonapartismo.

### A crítica ao socialismo utópico

Os acontecimentos de fevereiro a junho de 1848 serviram para evidenciar que o socialismo doutrinário e utópico só poderia conduzir o proletariado a fracassos. A partir dessas jornadas, ficou claro que não haveria emancipação no interior da ordem capitalista burguesa e que se a classe operária almejava libertar-se, seria preciso trilhar um caminho marchando separada da classe burguesa. Não obstante, o proletariado preso a concepções doutrinárias pensava ser possível emancipar-se junto à burguesia, sem revolucionar a sociedade, ou seja, pensava ser possível conquistar a emancipação dentro da ordem burguesa capitalista. Questionando as ações estratégicas da luta operária, Marx observa que “o proletariado de Paris ainda não era capaz de sair dos limites da república burguesa, a não ser nas suas *ilusões*, na sua *imaginação*; como agia sempre e por toda parte a serviço da república burguesa” (1986, p.71).

Para avançarmos nessa discussão, torna-se necessário apresentarmos a interpretação de Webb (2002). No artigo intitulado *The eighteenth brumarie as the key to understanding Marx's critique to utopian socialism*, ele evidencia que uma das razões da imaturidade política do proletariado estaria na persistência de

ideias utopistas em suas fileiras. Webb afirma que:

Para Marx, os sistemas utópicos não tinham mais lugar no cenário político de meados do século XIX. O sistema de construção utópica tinha perdido toda a importância, todo valor prático e toda a justificativa teórica. Por esta razão, esse último recurso do proletariado às experiências doutrinárias é tomado como um indicador chave de sua própria derrota terrível após a insurreição de junho de 1848. (2002, p. 248-249 - Tradução nossa).<sup>7</sup>

Segundo Webb, *O 18 Brumário* é uma obra fundamental para compreendermos a crítica de Marx ao socialismo utópico, pois o processo revolucionário de 1848 colocará em cheque todas as concepções fantasiosas oriundas dos teóricos utopistas. Essa corrente fantasiosa se esgotará nesse período diante do amadurecimento da luta de classes, evidenciando todos os seus limites.

Webb observa que: “Marx lamenta o fato de que o partido do proletariado revolucionário ainda estava envolvido por frases utópicas. E isso não foi uma questão menor, de táticas partidárias mesquinhas. Pelo contrário, foi uma questão de profunda importância teórica e política” (2002, p. 251 – Tradução nossa).<sup>8</sup> A posição fraternal do proletariado durante a revolução de

<sup>7</sup> “For Marx, utopian systems had no place in the political landscape of the mid-nineteenth century. Utopian system-building had lost all importance, all practical worth and all theoretical justification. For this reason the proletariat’s ultimate recourse to ‘doctrinaire experiments’ is taken as a key indicator of its own terrible defeat following the June insurrection of 1848”.

<sup>8</sup> “Marx bemoans the fact that the party of the revolutionary proletariat is still engaging in utopian phrasemongery. Nor was this a minor issue of petty party tactics. Rather it was an issue of profound theoretical and political importance”.

fevereiro e a derrota em junho se deve em grande parte ao posicionamento equivocado da luta operária diante da conjuntura que se desenvolvia. Segundo Webb: “(...) os proletários foram fugindo de uma resolução real de conflitos sociais, e foram optando por evocar um inimigo distante através de ineficazes voos fantasiosos” (2002, p. 249 - Tradução nossa).<sup>9</sup>

Para o autor, a diferença entre Marx e os utopistas é que o filósofo alemão descobriu as condições materiais para a emancipação do proletariado e que essa revolução é baseada nas condições reais de vida. É nesse contexto que o pensamento utópico se torna reacionário, pois não se baseia na compreensão do presente, mas na fantasia, em ideias abstratas e distantes das condições materiais. Segundo Webb: “(...) eles estavam enganando as massas (e, muitas vezes eles próprios), ao mesmo tempo em que estavam anunciando-se como profetas” (2002, p. 250 - Tradução nossa).<sup>10</sup>

O texto de Webb (2002) é importante para compreendermos as razões da derrota proletária em junho de 1848, pois evidencia como a presença do utopismo no interior do partido operário corroborou para o seu fracasso. Assim, a ascensão do proletariado como classe dominante não dependia apenas de um amadurecimento econômico, das condições materiais ou do desenvolvimento da indústria francesa, mas também, da superação de ideias que impunham limitações à luta do partido operário. Aqui, a persistência do

socialismo utópico no interior da organização da luta operária desempenha um papel determinante.

Barot, no artigo intitulado *D'un Napoléon l'autre*, compartilha da ideia de que a presença de concepções pré-revolucionárias foi determinante para a derrota do proletariado em 1848:

A insurreição proletária de junho foi uma resposta a consideração da Assembleia Constituinte de acordo com aquelas utopias sociais do proletariado que eram politicamente impróprias e desconexas com a realidade, utopias que definitivamente os deixaram cair. Certamente o proletariado não possuía uma arma teórica, por essencial, eram pensadores do socialismo utópico, com suas fraquezas científicas e tático-estratégicas substanciais, que Marx e Engels analisaram mais tarde, por exemplo, no *Socialismo utópico e científico* (2007, p. 47 - Tradução nossa).<sup>11</sup>

O autor deixa muito claro que o proletariado não tinha um programa revolucionário capaz de avançar na luta contra a burguesia e sua república. Diante dessa fraqueza teórica se deixou iludir e acreditou na possibilidade de emancipar-se junto à classe burguesa. Devido à ausência de uma arma teórica que superasse o socialismo utópico, o proletariado não foi capaz de reconhecer

<sup>9</sup> “(...) the proletarians were evading a real resolution to social conflicts, and were opting instead to conjure the enemy away through ineffectual flights of fancy”.

<sup>10</sup> “(...) they were deceiving the masses (and often themselves) at the same time as they were heralding themselves as prophets”.

<sup>11</sup> “L’insurrection prolétarienne de juin fut une réponse à la consideration de l’Assemblée constituante selon laquelle les utopies sociales du prolétariat étaient politiquement impropres et déconnectées des réalités, utopies qu’il fallait définitivement laisser tomber. Certes le prolétariat ne possédait alors comme arme théorique, por l’essentiel, que les pensées du socialisme utopique, avec leurs faiblesses scientifiques et tático-stratégiques consubstantielles, que Marx e Engels analysèrent plus tarde, par exemple dans *Socialismo utopique et socialisme scientifique*”.

que a classe burguesa era sua adversária e não sua aliada.

No artigo intitulado *Marx diante da ditadura bonapartista*, Antunes (2009) também compreende que a derrota da classe operária foi resultado da sua inabilidade política. O autor afirma que o golpe de Bonaparte que colocou fim a II República Francesa foi “resultado da incapacidade demonstrada tanto pela burguesia quanto pelo proletariado para controlar o poder do Estado” (2009, p. 57). Antunes encontra as raízes do golpe de Louis Bonaparte na luta política, na incapacidade das classes de dirigirem diretamente a burocracia estatal, e acrescenta: “O bonapartismo se funda, em última instância, (...) na crise da direção do proletariado e na sua incapacidade para se constituir como classe verdadeiramente revolucionária” (2009, p. 63). Essas passagens determinam que a derrota de junho foi uma derrota política, fruto da precária organização da classe operária. Ao enfatizar a crise de direção, Antunes concorda com as leituras de Weeb e Barot, pois ambos enfatizam uma crise posta por fatores subjetivos, postos pela própria organização da luta política pela ausência de um programa revolucionário.

### Considerações finais

A interpretação que Marx apresenta em seus textos sobre as revoluções de 1848 ainda são pouco exploradas pela literatura marxista. Trata-se de uma análise de conjuntura fundamental para debatermos inúmeros temas pertinentes às questões contemporâneas. Nessa perspectiva, as jornadas operárias de junho de 1848 e a leitura marxiana da derrota da revolução, ainda é um tema pouco explorado e que merecer maior atenção dos estudiosos da obra de Marx.

A leitura marxiana desse processo dá ênfase aos aspectos subjetivos, destaca inúmeras críticas ao socialismo utópico e critica a ausência de um programa independente e autônomo da classe operária, que tomada por ilusões e ideais abstratas pensava ser possível emancipar-se junta da república burguesa, sem revolução e ao lado da burguesia. Marx discute e aponta equívocos na atuação prática dos líderes da classe operária, apresenta a persistência de ideias utópicas e demonstra como essas impossibilitaram o rompimento da luta operária com a república burguesa.

### Referências

- AGULHON, Maurice. *1848: O aprendizado da república*. Trad. Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.
- ANTUNES, Jadir. Marx diante da ditadura Bonapartista. In: *Maisvalia*, nº 6. São Paulo: Týkhe, 2009, p. 54 – 63.
- BAROT, Emmanuel. D'un Napoléon l'autre: l'intelligibilité d'un étrange présent. In: MARX, Karl. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris: Le Livre de Poche, 2007, p. 29-104.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Global, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Trad. Silvio Chagas. São Paulo: Centauro, 2000.
- WEBB, Daren. Here content transcend phrase: the eighteenth brumarie as the key to understanding Marx's critique to utopian socialism. In: COWLING, M.; MARTIN, J. (eds.) *Marx's Eigtheenth Brumaire: (Post) modern Interpretations*, London: Pluto Press, 2002, p. 243 – 257.

Recebido em 2015-02-15  
Publicado em 2015-08-09